

Análise das políticas públicas de saúde bucal voltadas para populações indígenas: uma abordagem contextualizada

Elisabeth Dávila Alcantara de Oliveira¹ (0009-0001-4491-0706), Sofia Rafaela Maito Velasco² (0000-0002-4323-0848), Gerson Aparecido Foratori-Junior³ (0000-0003-4760-8948), Paulo Zárate¹ (0000-0001-9249-7955), Rafael Aiello Bomfim¹ (0000-0002-6478-8664), Rafael Ferreira¹ (0000-0001-5879-2782)

¹ Faculdade de Odontologia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

³ Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, Bauru, São Paulo, Brasil

Políticas públicas (PP) que visam melhorar as condições de saúde da população indígena (PI) são necessárias diante das especificidades envolvidas com o processo de saúde-doença que acometem essa comunidade. O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão narrativa da literatura a fim de compreender as PP vigentes e o acesso dessa população às ações e programas governamentais que visam melhorar as condições de saúde bucal. A pesquisa foi realizada utilizando os descritores: “Saúde Bucal”, “Atenção Primária à Saúde” “Indígenas” e “Saúde Pública” na Biblioteca Virtual em Saúde e nas bases de dados do Ministério da Saúde do Governo Federal. De modo geral, nota-se uma literatura escassa e que carece de mais informações específicas e que abordem de forma equitativa sobre as medidas e ações envolvidas em âmbito de saúde bucal para a PI. Os documentos mais importantes são referentes à “Cartilha da Política Nacional de Saúde Bucal”, “Diretrizes do programa Brasil Sorridente” e a “Cartilha de Atenção Básica”. Destaca-se o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) que é um modelo de organização de serviços visando medidas racionalizadas e qualificadas de atenção à saúde da PI. Embora a PI esteja englobada por programas sociais, como o programa Brasil Sorridente, nota-se diversas barreiras de acesso pleno a efetivas dessas ações sociais. Vale ressaltar que a implementação de medidas preventivas de saúde bucal pode ser inviável, por exemplo, a distribuição de materiais para higiene oral sem a devida orientação e ações contínuas de educação em saúde. Ademais, o contínuo processo histórico de colonização dificulta o acesso à saúde impactando negativamente na implementação de PP necessárias para a equidade no acesso e utilização no acesso aos serviços em saúde, incluindo a saúde bucal. Conclui-se que os programas sociais vigentes necessitam de adaptações para a execução efetiva em território indígena e desta forma são necessárias ações de PP voltadas para a PI.